

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

A disformidade no desenho da oferta educacional e a fragilização do direito à educação: um panorama da oferta de matrículas do ensino fundamental no Brasil

Autora: Marilene Zampiri

Nível: Doutorado (PPGE/UFPR)

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza

Esta pesquisa examina as formas de entrada nos processos de escolarização pública como condição primordial ao acesso e fruição ao direito à educação, tendo por base o pacto federativo reorganizado na Constituição Federal de 1988 e a assimetria socioeconômica que marca os entes federados. O objetivo dessa análise foi compor um panorama das formas acordadas entre os entes federados, estado e municípios, para a oferta de matrículas públicas. O estudo está circunscrito ao ensino fundamental, o qual, instituído como direito público subjetivo, impõe ao Estado o dever na sua disponibilização material e, ao mesmo tempo, impede o sujeito deste direito a sua alienação ou recusa. A investigação mostrou que, apesar da Constituição Federal de 1988 indicar o regime de colaboração como instrumento para modelar os acordos na responsabilização com os encargos educacionais, ao não regulamentá-lo, abriu possibilidade para elaboração de variadas formas nos acordos, mais precisamente, tantos quantos são os entes federados, já que todos são autônomos e legalmente estão aptos a formular suas próprias políticas educacionais. Concomitantemente, foram consideradas as políticas de fundos (FUNDEF e FUNDEB) como delimitadoras do período analisado, tendo em vista que tais políticas, especialmente o FUNDEF, porque focado no ensino fundamental, influenciou fortemente a transferência e assunção dos encargos educacionais entre os entes federados, conseqüentemente, influenciando o desenho da oferta no Brasil. Portanto, o estudo restringiu-se à análise das matrículas em três ocasiões: 1996 (antes da vigência do FUNDEF), 2006 (fim da vigência do FUNDEF e ano anterior ao funcionamento do FUNDEB) e 2012 (situação mais recente de informações de matrículas). As informações das matrículas, organizadas a partir de dois critérios, a oferta partilhada entre os dois níveis administrativos (municipal e estadual) e a oferta exclusiva de um ou outro, revelaram um quadro disforme na modelagem dos acordos para a oferta educacional, tanto entre as unidades federativas como entre as fases desta etapa da educação básica, anos iniciais e finais. A ausência de uma articulação entre os entes federados produziu um panorama marcado por modelos disformes e não vinculados à equalização das trajetórias educacionais e, desta maneira, com boa probabilidade de fragilizar o direito à educação. Assim, o Estado deixa de cumprir o dever constitucional da distribuição material do direito reconhecido socialmente e protegido juridicamente. O estudo mostra que superar a desigualdade no acesso e fruição do direito requer, antes de tudo, enfrentar a disformidade no quadro de oferta dos encargos educacionais.

Palavras-chave: Direito à educação. Políticas Educacionais. Ensino fundamental. Federalismo. Regime de colaboração.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

Concepção, regulação e gestão da carreira docente no Brasil e no Chile no contexto das reformas educacionais

Autora: Diana Cristina de Abreu

Nível: Doutorado (PPGE/UFPR)

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza

A pesquisa, Concepção, regulação e gestão da carreira docente no Brasil e no Chile no contexto das reformas educacionais, busca compreender, fazendo uso de uma metodologia de estudo comparado, como as reformas educacionais ocorridas na América Latina, interferem nas políticas adotadas pelos estados nacionais do Brasil e do Chile no que diz respeito à carreira docente. A análise sobre Carreira Docente tem seu enfoque no campo da política educacional, inicialmente consideramos sua dimensão jurídica, ou seja, o conjunto de regras reguladoras da profissão que, geralmente vem definida nos estatutos ou planos de carreiras e como essa regulação constrói paulatinamente a profissão docente. Realizou-se uma análise nos documentos produzidos pelo PREAL - Programa de Promoción de la Reforma Educativa en América Latina y el Caribe entre os anos de 2002 a 2012, identificando as principais recomendações do Preal para a Carreira Docente na América Latina. A pesquisa apresenta seguinte estrutura: No capítulo I, considerando aporte teórico de (KRAWCZYK, 2000a; AFONSO, 2003; DALE, 2004; CASASSUS, 2004), percebe-se que em meio à discursiva de homogeneização das reformas educacionais das últimas décadas, emerge outras possibilidades analíticas quanto às especificidades regionais e locais na definição das políticas para a educação no âmbito dos estados nacionais. Nos capítulos II e III, buscou-se a construção de um panorama para a carreira docente, a partir do estudo de planos de carreira de doze estados e doze capitais brasileiras, cotejadas ao movimento da política e da legislação educacional. Nos capítulos IV e V, utilizando-se da análise de legislações e literaturas sobre carreira docente, buscou-se estabelecer um panorama, sobre a temática no Chile. E por fim apresentados os dados empíricos de Brasil e Chile para regramento e definições para carreira docente, estabeleceu-se algumas regularidades e discrepâncias nas políticas adotadas em ambos contextos e como estas se articulam às discursivas apregoadas nas reformas educacionais direcionadas pelo PREAL. Entre as recomendações, estão a superação de estruturas de carreira docente baseadas na antiguidade e na titulação acadêmica. Os dados empíricos revelam que mesmo no Chile onde vários modelos de avaliação de desempenho docente são empregados, há prevalência de mecanismos tradicionais nas estruturas de carreira. Entretanto, as últimas iniciativas governamentais no campo das políticas educacionais, em mostrado a preocupação com a instituição de novos critérios de recrutamento, aumento da atratividade, e incentivos para a permanência na carreira docente.

Palavras Chaves: Carreira Docente; Valorização do Magistério; PREAL; Reformas Educacionais; Planos de carreira; Estatuto Docente.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

O provimento do diretor nas escolas públicas brasileiras e suas implicações na gestão escolar

Autora: Julianna Laudicelli de Oliveira Cruz
Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)
Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza

Frente às discussões sobre a autonomia da escola pública brasileira, que teve seu ápice na década de 1980 em decorrência do processo de redemocratização do país, faz-se necessário refletir a gestão escolar na perspectiva de sua democratização. Neste sentido, esta pesquisa problematiza as formas de provimento do diretor escolar nas escolas públicas brasileiras de Ensino Fundamental. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96 indicam a gestão democrática no ensino público, porém cada sistema de ensino adota diferentes meios para sua efetivação, dentre eles, a forma como é escolhido o diretor escolar. Diante disso, apresenta-se a proposição de retomar a constituição teórica da gestão escolar no Brasil, a fim de identificar os modelos de provimento adotados nos diferentes sistemas de ensino e as possíveis implicações de cada modelo para a gestão escolar. Para tanto, a pesquisa realizou um levantamento bibliográfico, e também um levantamento de caráter empírico que teve como fonte de análise os dados da Prova Brasil 2011, aplicado bianualmente pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Utilizando os dados referentes aos diretores de escola, bem como dos professores, foram realizadas também entrevistas com os responsáveis pelos sistemas de ensino e os diretores de escola nas diferentes regiões do Brasil, em cinco capitais pré-selecionadas conforme modalidade de provimento, a fim de identificar as potencialidades e fragilidades presentes em cada modelo distinto. Os dados apontam para um aumento significativo nos últimos anos de formas mais democráticas para a escolha do diretor escolar, e uma forte presença de avaliação prévia de competências técnicas que antecede o momento de escolha pela competência política.

Palavras-chave: Gestão escolar; Políticas Educacionais; Diretor Escolar.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

A carreira das educadoras da educação infantil no município de Curitiba: integração com a educação ou consolidação da marginalização?

Autora: Beatriz T. Muraski Heck

Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)

Orientador: Prof. Dr. Marcos Edgar Bassi

No Município de Curitiba, a educação das crianças de 0 a 5 anos é realizada pelas educadoras e professoras nos Centros Municipais de educação Infantil (CMEI) e nas escolas, nas turmas de pré-escola, somente pelas professoras. Diante da determinação de integração das instituições de creches e pré-escolas aos sistemas de ensino pela LDB/96, uma questão se impõe: a carreira das educadoras da educação infantil no Município de Curitiba foi integrada à educação ou faz parte de um processo que consolida a marginalização? A presente pesquisa pretende examinar a conformação e o funcionamento da carreira das educadoras da Educação Infantil do Município de Curitiba, que não têm sua atuação regulamentada pelo Estatuto do Magistério, mas pelo Estatuto dos Servidores Municipais, analisando porque há duas carreiras para a atuação na educação das crianças de 0 a 5 anos, considerando a legislação vigente. Ambas as profissionais docentes pertencem à carreiras distintas: as primeiras pertencem à carreira de Educadoras e as segundas à carreira dos Profissionais do Magistério. A compreensão do objeto de estudo requereu um breve resgate histórico da consolidação das políticas para a Educação Infantil, da qual decorrem os dilemas e ambiguidades vivenciados por suas profissionais. A análise documental pautou-se em alguns dos principais documentos nacionais e do Município de Curitiba que regulamentam a condição docente na EI: Leis, Pareceres, Resoluções, Decretos, Portarias. A análise dos dados possibilitou a visualização de que a carreira de educadora é resultado da hierarquização das funções do cuidar e educar, uma construção advinda do delineamento de projetos educacionais historicamente distintos quanto aos seus objetivos para as creches e pré-escolas. Deste modo, as educadoras seguem com uma carreira que carrega os estigmas da segregação de um modelo de atendimento anterior a Constituição Federal de 1988 e a LDB/96, voltado às crianças pobres de 0 a 3 anos. A análise aponta para a necessidade de superar desigualdades quanto à jornada, remuneração, formação, restrições aos locais de atuação, aposentadoria especial, entre outros aspectos.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

A política pública do transporte escolar e a garantia do direito à educação à luz do regime de colaboração: o exemplo do Paraná

Autora: Elisângela Belniaki Hochuli

Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)

Orientador: Prof. Dr. Marcos Edgar Bassi

O presente trabalho refere-se ao estudo da política pública do transporte escolar no Brasil, no período de 2004 a 2012. De caráter qualitativo e quantitativo, desenvolvido mediante análise documental e a partir de dados obtidos em sistemas de informação, utilizou como categorias de análise o regime de colaboração e o direito à educação. Como a gestão, normatização e o financiamento desta política são executados pelos três entes federados, utilizou-se os dados do estado do Paraná para exemplificar e analisar se o regime de colaboração tem se efetivado na política do TE, assim como se a relação entre os três níveis de governo, respeitado o princípio da autonomia, tem sido de efetivo diálogo, articulação e cooperação. Constatou-se que, apesar dos inúmeros avanços, muitos desafios continuam presentes na política, na atualidade, como a necessidade de definição dos papéis de cada ente federado no regime de colaboração, tanto no financiamento, por meio da busca do equilíbrio entre a capacidade tributária e a sua participação na política do transporte escolar, como na definição de critérios, na normatização e no seu acompanhamento. Evidenciou-se, também, a importância da articulação e cooperação entre os entes para garantia do direito à educação, mediante a oferta do transporte escolar de qualidade à todos os estudantes que dele dependem para poder acessar e permanecer na escola.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

Políticas de Reestruturação Curricular no Ensino Médio: uma análise do Programa Ensino Médio Inovador

Autora: Vanessa Campos de Lara Jakimiu
Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)
Orientadora: Profa. Dra. Monica Ribeiro da Silva

O estudo em questão traz em seu conteúdo uma análise do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), sendo que a ênfase recai sobre as questões curriculares. Tendo em vista que o ProEMI busca induzir o delineamento de uma nova organização curricular para o Ensino Médio, propõe-se responder ao seguinte problema de pesquisa: Que aspectos são instituídos no âmbito das proposições do ProEMI que caracterizam indução ao redesenho curricular na última etapa da Educação Básica? Para responder a este problema de pesquisa, inicialmente, este estudo investiga os antecedentes que deram origem ao Programa. Assim, faz-se uma retomada da trajetória das políticas e dos preceitos voltados para o Ensino Médio no período de 1996 a 2014 com especial destaque para as ações e programas que focalizaram alterações no currículo escolar. A partir da necessidade de investigar as mudanças curriculares propostas e considerando que o ProEMI é uma política em andamento, faz-se uma análise dos documentos orientadores do Programa em suas diferentes versões (2009, 2011 e 2013), buscando clarificar quais foram as principais alterações que ocorreram nas proposições trazidas nesses documentos, tanto com relação ao fundamentos teóricos, quanto com relação aos aspectos didático-metodológicos. Esta pesquisa também apresenta uma discussão conceitual acerca da perspectiva curricular posta pelo ProEMI, buscando evidenciar a partir de quais elementos se consolidaria um currículo inovador no Ensino Médio. Assim, sujeitos, conhecimentos, tempos e espaços são apontados como elementos que subsidiam o conceito de inovação tendo como eixo central a perspectiva da integração curricular. Por fim, a investigação, a partir do corpus teórico definido na pesquisa, busca ilustrar as proposições do ProEMI ganhando materialidade no currículo do Ensino Médio. Para tal, realiza-se uma análise do Projeto de Redesenho Curricular (PRC) do Colégio Estadual Nirlei Medeiros localizado em Curitiba-PR, apontando em que medida as propostas contidas no PRC dessa escola se aproximam ou se distanciam dos pressupostos do Programa. Desta ação foi possível observar elementos que denotam que, assim como o próprio Programa encontra-se em implementação, o currículo escolar do Ensino Médio também se situa em movimento, ganhando novos contornos a partir das inovações curriculares suscitadas pelo ProEMI. Enquanto delineamento metodológico o presente estudo adota os moldes da pesquisa bibliográfica documental, sendo que a base empírica está demarcada pelos documentos orientadores do Programa Ensino Médio Inovador (2009, 2011 e 2013), pelo PRC do Colégio Estadual Nirlei Medeiros, e as bases teóricas são concernentes às políticas curriculares para o Ensino Médio. Do estudo empreendido, foi possível constatar que o ProEMI, considerando suas fragilidades e suas potencialidades, sinaliza para potenciais mudanças no currículo do Ensino Médio em direção a formas menos fragmentadas de organização do conhecimento escolar.

Palavras-chave: Ensino Médio. Políticas de Currículo. Programa Ensino Médio Inovador. ProEMI. Redesenho Curricular.

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

O Programa Ensino Médio Inovador e sua relação com os dados de fluxo escolar

Autora: Vanessa Campos de Lara Jakimiu
Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)
Orientadora: Profa. Dra. Monica Ribeiro da Silva

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa o Programa Ensino Médio Inovador-ProEMI e sua relação com o fluxo escolar. O ProEMI foi criado em 2009, pela Secretaria da Educação Básica do Ministério da Educação, instituído pela Portaria nº 971, de 09/10/2009 e tem como público alvo as escolas públicas de Ensino Médio, não profissionalizantes. Desde a sua criação, foram publicadas três versões do Documento Orientador do ProEMI, que oferecem orientações voltadas à implantação, implementação, acompanhamento e avaliação do Programa. Como parte de seus objetivos o ProEMI busca induzir mudanças curriculares, ampliar a carga horária, incentivar práticas pedagógicas diferenciadas e contribuir para o enfrentamento da reprovação e do abandono escolar. Com base nas finalidades e nas orientações do Programa, o objetivo central desta pesquisa foi monitorar os resultados do abandono e da reprovação escolar e averiguar em que medida o ProEMI pode contribuir para o movimento destas taxas bem como se este movimento sinaliza alguma tendência para o cenário nacional. Para isso, investigaram-se os dados de fluxo escolar (reprovação e abandono) das escolas estaduais sem o Programa e do conjunto de escolas com o ProEMI (339), que fizeram adesão em 2009, distribuídas em 17 estados e no Distrito Federal. Como parte do procedimento de coleta de dados, utilizou-se como referência os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do período de 2007-2011. Por meio dos dados levantados, foram identificadas quatro tendências diferentes no movimento do fluxo escolar de cada estado participante e de seu conjunto de escolas com e sem o ProEMI.

Palavras-chave: Programa Ensino Médio Inovador. ProEMI. Abandono escolar. Reprovação escolar. Fluxo escolar.